



Edição Nº 75/2025 de 24/11/2025



Prefeitura Municipal de Barra Longa

CNPJ: 18.316.182/0001-70
Rua Matias Barbosa, 40 - Centro - CEP: 35.447-000 - Barra Longa/MG
Fone/Fax: (031) 3877-5289 - e-mail:tributos@barralonga.mg.gov.br

LEI Nº 1557/2025

"Dispõe sobre a concessão de atendimento prioritário nos serviços públicos de saúde municipal aos cuidadores e responsáveis legais por pessoas com deficiência, TEA, síndromes e outras condições que demandem atenção contínua, no âmbito de Barra Longa/MG."

O Povo do Município de Barra Longa/MG, por seus representantes na Câmara de Vereadores, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica assegurada prioridade no atendimento em todas as unidades públicas de saúde do Município de Barra Longa/MG aos responsáveis legais ou cuidadores de pessoas com deficiência física, intelectual, sensorial ou múltipla, transtorno do Espectro Autista (TEA), síndromes genéticas ou neuropsiquiátricas, demais condições clínicas que demandam acompanhamento e cuidados permanentes.

Art. 2º - A prerrogativa do atendimento prioritário poderá ser exercida independentemente da presença da pessoa assistida, desde que haja comprovação da condição de saúde e do vínculo legal ou familiar do acompanhante.

Art. 3º - Consideram-se, para os efeitos desta Lei, como responsáveis legais ou cuidadores:

- I - Pai ou mãe, biológicos ou adotivos;
- II - Tutor(a) ou curador(a) nomeado(a) judicialmente;
- III - Pessoa que detenha guarda legal ou delegação formal de cuidado, inclusive reconhecida administrativamente em programas oficiais.

Art. 4º - A comprovação do direito à prioridade será feita mediante a apresentação cumulativa dos seguintes documentos:

- I - Documento de identidade da pessoa assistida com deficiência ou condição especial;
- II - Laudo médico ou relatório interdisciplinar atualizado, atestando a necessidade de cuidado contínuo;



Prefeitura Municipal de Barra Longa

CNPJ: 18.316.182/0001-70
Rua Matias Barbosa, 40 - Centro - CEP: 35.447-000 - Barra Longa/MG
Fone/Fax: (031) 3877-5289 - e-mail:tributos@barralonga.mg.gov.br

III - Prova do vínculo familiar, legal ou institucional com o responsável solicitante do atendimento prioritário.

Art. 5º - As unidades de saúde municipais deverão afixar aviso visível em suas dependências, informando aos usuários sobre o direito previsto nesta Lei.

Art. 6º - O disposto nesta norma não revoga nem substitui outras formas de prioridade já reconhecidas por legislações federal ou estadual, devendo ser respeitada a hierarquia legal entre os atendimentos preferenciais.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que for necessário, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Longa, 11 de agosto de 2025.


Elson Aparecido de Oliveira
Prefeito Municipal



Edição Nº 75/2025 de 24/11/2025



Prefeitura Municipal de Barra Longa
CNPJ: 18.316.182/0001-70
Rua Matias Barbosa, 40 – Centro CEP: 35.447-000
Fone: 31 3877-5289- e-mail: gabinete@barralonga.mg.gov.br

LEI Nº 1558 /2025

"Altera a Lei Municipal nº 1.143 de 02 de agosto de 2013 que dispõe sobre o Sistema de Cultura do Município de Barra Longa e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA faz saber que a Câmara Municipal de Barra Longa aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O caput do art. 7º da Lei 1.143/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão colegiado consultivo e deliberativo no Sistema Municipal da Cultura, possui composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, sendo 10 (dez) titulares e seus respectivos suplentes, assim representados:

I – Do Poder Público:

a) 01 (um) representantes da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

b) 04 (quatro) representantes das demais Secretarias Municipais.

II – Da Sociedade Civil:

a) 05 (cinco) representantes dos diversos segmentos culturais presentes no território do Município de Barra Longa.

Art. 2º - O art. 8º da Lei 1.143 /2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º - Para integrar o Conselho Municipal de Política Cultural, os representantes dos diversos segmentos, entidades ou grupos culturais deverão se inscrever previamente no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC."

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

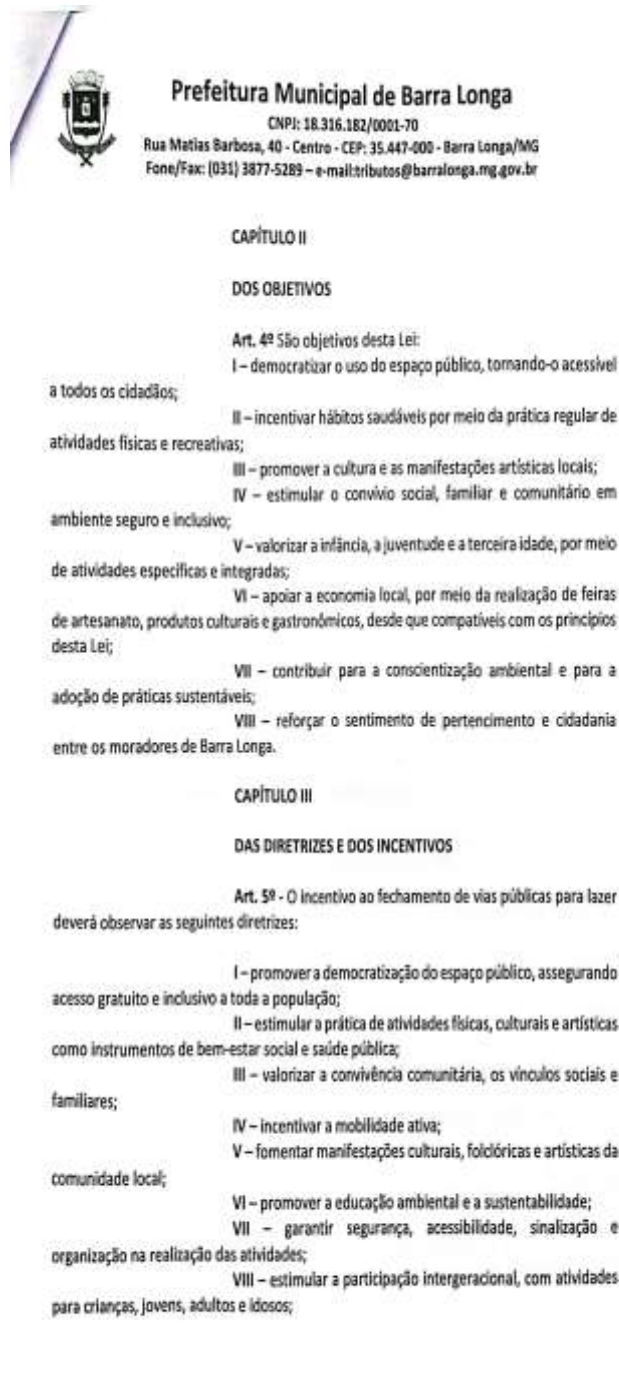
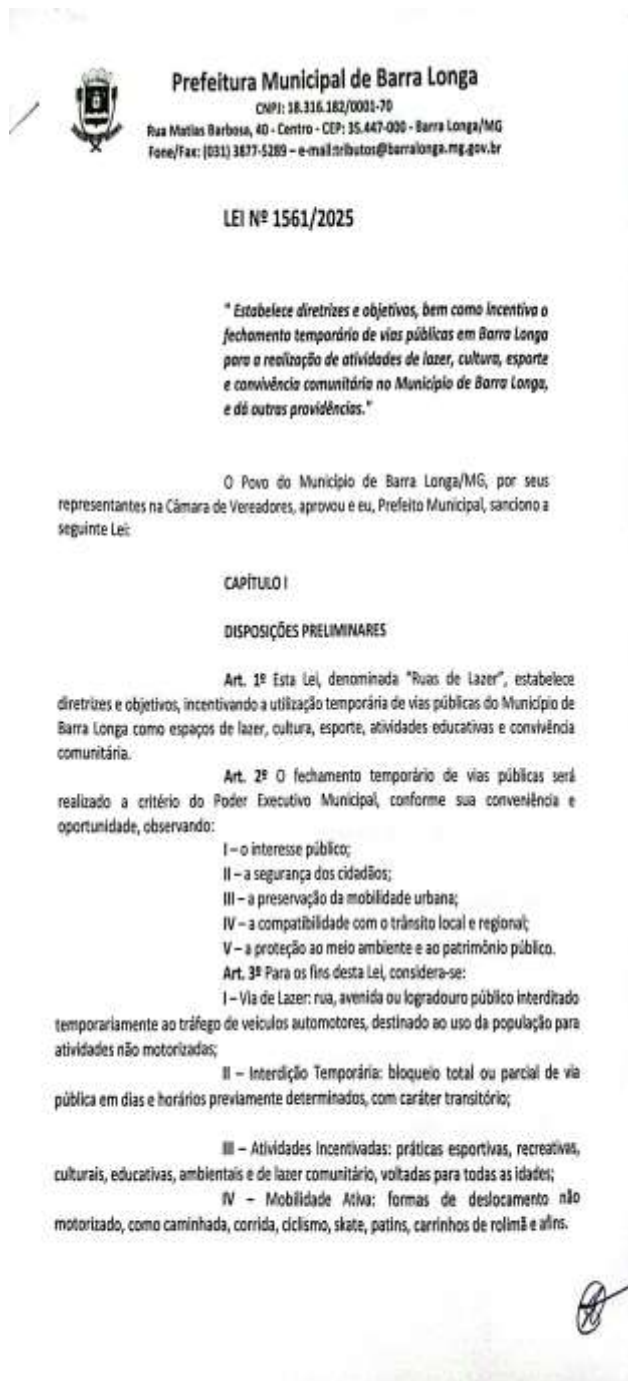
Barra Longa/MG 11 de agosto de 2025.

Elson Aparecido de Oliveira
Prefeito Municipal
CPF: 124.336-36

Elson Aparecido de Oliveira
Prefeito Municipal




Edição Nº 75/2025 de 24/11/2025





Edição Nº 75/2025 de 24/11/2025


Prefeitura Municipal de Barra Longa
CNPJ: 18.316.182/0001-70
Rua Matias Barbosa, 40 - Centro - CEP: 35.447-000 - Barra Longa/MG
Fone/Fax: (031) 3877-5289 - e-mail:tributos@barralonga.mg.gov.br

IX - valorizar o comércio e o artesanato local, desde que preservado o caráter comunitário e gratuito do uso do espaço público.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal poderá incentivar o envolvimento de:

- I - escolas e instituições de ensino;
- II - associações de bairro, conselhos comunitários e organizações não governamentais;
- III - grupos culturais, artísticos, esportivos e ambientais;
- IV - entidades da sociedade civil, inclusive religiosas, desde que respeitada a laicidade do espaço público.

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO E ORGANIZAÇÃO


Art. 7º Compete ao Poder Executivo Municipal regulamentar, por meio de Decreto, as condições para a interdição temporária de vias, definindo:

- I - as ruas, avenidas ou logradouros que poderão ser interditados;
- II - os dias e horários de realização, prioritariamente aos domingos e feriados, entre 08h e 14h, iniciando preferencialmente com o fechamento temporário da Avenida Beira Rio, expandindo para os demais bairros e localidades do município;
- III - as medidas de segurança, sinalização, limpeza e logística;
- IV - a destinação de servidores designados para organização do tráfego e preservação da ordem;
- V - as regras para autorização eventual de feiras culturais, de artesanato, de alimentação ou de economia solidária;
- VI - a possibilidade de parcerias com instituições públicas e privadas para apoiar a realização das atividades;
- VII - a previsão de calendário anual de eventos, a ser divulgado previamente à população.

Parágrafo Único: O horário estabelecido no inciso II poderá ser alterado mediante justificativa.

Art. 8º O tráfego de veículos nas vias interditadas será restrito a:

- I - veículos de emergência, segurança pública e serviços essenciais;
- II - veículos de moradores das vias interditadas;
- III - veículos de manutenção ou de apoio às atividades autorizadas.


Prefeitura Municipal de Barra Longa
CNPJ: 18.316.182/0001-70
Rua Matias Barbosa, 40 - Centro - CEP: 35.447-000 - Barra Longa/MG
Fone/Fax: (031) 3877-5289 - e-mail:tributos@barralonga.mg.gov.br

§ 1º A Prefeitura deverá sinalizar adequadamente os acessos, garantindo alternativas viárias para a circulação local.

§ 2º Os moradores das vias interditadas deverão ser previamente comunicados sobre os dias e horários da interdição.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO E DO APRIMORAMENTO

Art. 9º O Poder Executivo poderá elaborar relatórios de avaliação das atividades realizadas, considerando:

- I - a participação da comunidade;
- II - o impacto social e cultural;
- III - os benefícios para a saúde e bem-estar da população;
- IV - as sugestões de melhoria apresentadas por moradores e participantes;
- V - o impacto no trânsito e no comércio local.

Parágrafo único. Os relatórios poderão subsidiar ajustes nas interdições futuras, visando sempre a melhoria contínua do programa.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINAIS


Art. 10 As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo o Município buscar:

- I - parcerias com instituições privadas;
- II - apoio financeiro, logístico e operacional de entidades públicas e privadas;
- III - recursos de fundos vinculados à cultura, ao esporte, ao lazer, à educação e ao meio ambiente.

Parágrafo único. O apoio da iniciativa privada não poderá descaracterizar o caráter público, gratuito e inclusivo das atividades.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Longa, 06 de outubro de 2025.


Elson Aparecido de Oliveira
Prefeito Municipal

Edição Nº 75/2025 de 24/11/2025



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA LONGA-MG,
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 26.151.787/0001-86
Av. Capitão Manoel Carneiro nº 165, centro
Barra Longa/MG CEP: 35.447-00

LEI Nº 1562 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025."

"Declara de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BARRO BRANCO, CÓRREGO DA LAJE E ADIACÊNCIAS (AMBACLA), com sede e foro no Município de Barra Longa, Minas Gerais."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA faz saber que a Câmara Municipal de Barra Longa aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BARRO BRANCO, CÓRREGO DA LAJE E ADIACÊNCIAS (AMBACLA), CNPJ: 46.370.962/0001-44, pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos, com sede na Rua dos Imigrantes, nº 43, Barro Branco, CEP 35447-000, no Município de Barra Longa, Minas Gerais.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, a entidade deverá comprovar anualmente a aplicação de seus recursos na consecução de seus objetivos sociais, que incluem:

- I - Combate à fome e à pobreza;
- II - Estímulo a atividades educativas, esportivas e culturais;
- III - Promoção de cursos profissionalizantes e geração de renda;
- IV - Prestação de assistência habitacional;
- V - Atuação na proteção do meio ambiente e na defesa dos direitos dos moradores e de etnias tradicionais;
- VI - Defesa e garantia de direitos socioassistenciais a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade;
- VII - Criação de oportunidades para crianças e adolescentes.

Art. 3º A Administração Pública Municipal poderá, a seu critério, firmar convênios, parcerias e termos de colaboração com a AMBACLA para a realização de projetos de interesse social, em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 4º O título de Utilidade Pública Municipal concedido por esta Lei poderá ser revogado a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo ou por iniciativa da Câmara Municipal, caso a entidade:

- I - Deixar de atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, conforme previsto em seu Estatuto Social;
- II - Deixar de cumprir seus objetivos sociais ou desviar suas finalidades;
- III - Ter sua personalidade jurídica dissolvida ou suspensa;



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA LONGA-MG,
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 26.151.787/0001-86
Av. Capitão Manoel Carneiro nº 165, centro
Barra Longa/MG CEP: 35.447-00

IV - Recuse-se a prestar contas ou fiscalizar suas atividades.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Longa/MG 11 de novembro de 2025.


Elson Aparecido de Oliveira
Prefeito Municipal



Edição Nº 75/2025 de 24/11/2025

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo: nº 51/2025

Processo: nº 51/2025

Pregão Eletrônico: nº 16/2025

SRP: 15/2025

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado e manutenção, para atender as necessidades das Secretarias Municipal de Barra Longa/MG.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Barra Longa, CNPJ 18.316.182/0001-70.

CONTRATADOS:

CASTRO REFRIGERAÇÃO LTDA, CNPJ: 35.543.895/0001-95, VALOR TOTAL: R\$ 29.032,10 (vinte e nove mil, trinta dois reais e dez centavos);

CREATIVE LICITACOES LTDA, CNPJ: 54.362.519/0001-49, VALOR TOTAL: R\$ 41.519,00 (quarenta e um mil, quinhentos e dezenove reais);

MARIA EDUARDA GONÇALVES DE OLIVEIRA, CNPJ: 55.683.694/0001-09, VALOR TOTAL R\$ 62.850,00 (sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta reais).

Vigência: 12 meses.

Barra Longa, 24 de novembro de 2025.

Patrícia Pauline Dornelas
Agente de Contratação

